

EDUCAÇÃO COMO ATO DE RESISTÊNCIA: A FORMAÇÃO DOCENTE E O COMBATE À HOMOFobia EM UM CURSINHO PRÉ-VESTIBULAR POPULAR

 <https://doi.org/10.56238/arev7n5-353>

Data de submissão: 25/04/2025

Data de publicação: 25/05/2025

Nathanael da Cruz e Silva Neto

Doutor em Educação, UNESP
silva.neto@unesp.br

Felipe Pinto Simão

Doutor em Educação, UNESP
fp.simao@unesp.br

RESUMO

A UNESCO, em 2018, publicou diretrizes para educação sexual nas escolas, enfatizando sua importância desde a infância para promover conhecimento corporal, prevenir doenças e gravidez, e abordar questões de gênero e direitos humanos. No Brasil, embora os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 1997 incluam orientação sexual, a implementação enfrenta resistência devido a visões conservadoras e falta de obrigatoriedade. O Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014 excluiu menções a gênero e sexualidade, dificultando o combate à discriminação. O cursinho pré-vestibular Atena, da UNESP Botucatu, promove discussões sobre temas como homofobia, evidenciando a necessidade de formação docente para abordar gênero e sexualidade. Dados alarmantes, como o alto índice de assassinatos de LGBTs no Brasil, reforçam a urgência de políticas públicas e educação inclusiva.

Palavras-chave: Educação Sexual. Homofobia.

1 INTRODUÇÃO

No ano de 2018, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) publicou a versão mais recente da “Orientação Técnica Internacional para Educação em Sexualidade”¹, um documento que visa a assistir legisladores responsáveis pela elaboração de políticas educacionais a criarem programas apropriados às faixas etárias, entre crianças e jovens de 5 a 18 anos. Tal documento mostra o posicionamento da Organização das Nações Unidas (ONU), apontando para a necessidade da Educação Sexual² na escola desde as primeiras etapas da Educação Básica, sobretudo pela necessidade de se preparar os jovens para o conhecimento sobre o próprio corpo, bem como com a prevenção de doenças e com a gravidez, cujos índices são alarmantes em todo o mundo. Além disso, o documento também contempla discussões sobre relacionamentos, valores, atitudes, cultura, sociedade, comportamento e desenvolvimento humano, colocando-se em um parâmetro de direitos humanos e igualdade de gênero, acenando também para questões de identidade e preconceito (Unesco, 2018).

Apesar de muitos países, inclusive o Brasil, legislarem sobre essa temática, também há o debate sobre o papel da família, que alguns setores defendem ser a única responsável pela educação sexual das crianças e jovens. Existem teorias de setores conservadores segundo as quais tais orientações aumentariam a atividade sexual, o comportamento de risco e as taxas de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs)³ e de HIV. Nesse jogo de responsabilização sobre tal pauta, segundo a Unesco, em algumas partes do mundo, duas em cada três meninas afirmam não ter ideia do que acontece com seu corpo quando começam a menstruar; além disso, as complicações no parto são a segunda causa de morte entre meninas de 15 a 19 anos (Onu, 2018).

A inclusão de Educação sexual em escolas de todo o país entra em pauta apenas em 1997, com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), cujo caderno sobre “Pluralidade Cultural e Orientação Sexual” apresenta a política do governo federal para a área (Silva *et al.*, 2006).

Entendendo que a sexualidade é muito mais ampla e variada do que a reprodução, o documento apresenta, no eixo “Ser Humano e Saúde”, orientações sobre como o aluno deve compreender a integridade do corpo, o que envolve discussões sobre fatores biológicos, culturais e sociais. Além disso,

¹ “International technical guidance on sexuality education”.

² Ao passo que o documento da Unesco se utiliza da terminologia Educação em Sexualidade (sexuality education), no Brasil, os PCNs e outros documentos trazem os termos Orientação Sexual e Educação Sexual. Neste trabalho, tais terminologias são compreendidas como sinônimos.

³ A partir de 2016, a Organização Mundial de Saúde (OMS) passou a recomendar essa mudança na terminologia, com o objetivo de tornar a nomenclatura mais abrangente, uma vez que o termo Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) pressupõe que haja sintomas, ao passo que ISTs destaca a possibilidade de uma pessoa ter e transmitir uma infecção, mesmo sem sinais ou sintomas. No Brasil, o Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do Ministério da Saúde, acatou à recomendação e adotou a nova terminologia no mesmo ano. Disponível em: <http://www.aids.gov.br>. Acesso em: 23 fev. 2022.

aponta que, a cada ciclo desse eixo temático, devem ser estabelecidos “alcances para a discussão do corpo, da sexualidade humana e das questões de gênero” (Brasil, 1998, p. 51).

Todavia, como pontua Lüdke (2000), a não obrigatoriedade dos PCNs, aliada ao conservadorismo moral e religioso, dificulta que tais questões sejam discutidas em todas as escolas, tornando o debate restrito a experiências isoladas. Nesse sentido, desde o início da construção do novo Plano Nacional de Educação (PNE), em 2011, as pautas sobre gênero e sexualidade na educação voltaram a ser discutidas no Congresso Nacional. Sob forte influência da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) – que entendia que a discussão de gênero nas escolas traria consequências desastrosas para as crianças e famílias –, as discussões de gênero foram removidas do texto final.

As mudanças relativas ao tema gênero e sexualidade ocorreram em dois pontos: o primeiro foi o inciso III do artigo 2º, no qual removeram as expressões “racial, regional, de gênero e de orientação sexual”, mantendo apenas uma forma genérica de “erradicação de todas as formas de discriminação”. A segunda mudança ocorreu na Estratégia 3.12, relativa às políticas de prevenção à evasão. No texto original, as políticas incluíam a evasão motivada por “preconceito e discriminação racial, por orientação sexual ou identidade de gênero”, sendo substituída por “preconceito ou quaisquer formas de discriminação” (Brasil, 2014).

Apesar de parecerem simples mudanças, a diferença é mais do que simbólica, ela é proposital. Ao removerem qualquer menção à discussão de gênero, o *lobby* comandado pela bancada evangélica extinguiu do Plano exatamente aquilo em que eles não acreditam, dificultando que a população tenha acesso à informação necessária para combater o ódio e a ignorância.

Segundo dados da Organização não governamental (ONG) “Transgender Europe”, o Brasil é o país que mais mata LGBTs (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) no mundo. Em 2021, 125 pessoas foram assassinadas no país, enquanto o México, segundo país com maior número de vítimas, registrou 65 mortes (Transgender Europe, 2021). Todavia, no ano anterior, Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra, 2021) reportou 175 transfeminicídios.

Dados cruéis como esses mais do que justificam a importância de políticas públicas que incentivem a discussão de gênero e sexualidade em todos os âmbitos da sociedade. Todavia, mais importante que isso, é que haja políticas de formação dos futuros professores que possibilitem a estes o aporte teórico e pedagógico necessário para lidar com o assunto.

Dessa forma, o presente trabalho tem o fito de relatar, de forma crítico-reflexiva, a experiência desenvolvida pelo “Cursinho pré-vestibular popular Atena”, do Instituto de Biociências da UNESP de Botucatu.

2 O CURSINHO ATENA: APRESENTAÇÃO

O cursinho pré-vestibular Atena é um projeto de extensão universitária composto por alunos do Instituto de Biociências (IB), da UNESP de Botucatu. Trata-se de um pré-vestibular gratuito que consiste em levar para a comunidade de Botucatu e região uma revisão dos conteúdos abordados no Ensino Médio. Fundado em 2001, o cursinho possui apoio da direção do câmpus, do Centro Acadêmico V de Junho, da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da UNESP e das prefeituras de Botucatu e São Manuel.

Nomeados de “tutores/as”, os alunos e alunas que ministram as aulas são estudantes de graduação e pós-graduação dos cursos de Ciências Biológicas, Ciências Biomédicas, Física Médica, Medicina Veterinária e Nutrição. Atualmente, participam do projeto mais de 50 tutores que desenvolvem atividades em 3 locais diferentes para um total de 170 alunos/as. Em Botucatu, as aulas da turma da manhã (50 alunos/as em uma sala) ocorrem em uma central de aulas do IB, enquanto no turno da noite (duas turmas com 30 alunos/as cada), as aulas são ministradas em uma escola municipal localizada no centro do município. Além dessas, há uma terceira unidade localizada em uma cidade vizinha, São Manuel. Com o apoio da prefeitura, o cursinho oferece aulas gratuitas durante o período noturno para 60 alunos/as (duas turmas de 30) em uma escola municipal localizada na periferia.

O processo seletivo é realizado exclusivamente por meio de uma avaliação socioeconômica em forma de entrevista, a fim de verificar se a candidata ou o candidato não tem condições financeiras de frequentar um cursinho pré-vestibular pago. Para tanto, cada candidato/a deve preencher um formulário eletrônico com informações básicas de identificação, e nele também possuem a possibilidade de escolher o dia e o local em que preferem realizar as entrevistas.

Embora o cursinho tenha como coordenador um docente da UNESP, os/as tutores/as usufruem de certa autonomia no que diz respeito ao planejamento de atividades pedagógicas e burocráticas. Para tanto, todas as decisões devem ser votadas durante as reuniões obrigatórias, que ocorrem semanalmente no IB, geridas e organizadas por todos/as. Além disso, diversas comissões também desenvolvem reuniões com temáticas específicas, com o intuito de agilizar a resolução de entraves burocráticos e/ou favorecer o processo de formação pedagógica. Por exemplo, a comissão pedagógica é um grupo de estudos responsável por discutir e apresentar ao demais textos e importantes teorias da educação, tidos como essenciais no processo de formação dos tutores; já a comissão de tutoria acompanha alunos/as que apresentam maiores dificuldades com os conteúdos ou faltas em excesso.

Neste artigo, destacamos a atuação da comissão de atualidades, responsável por atividades voltadas para a discussão de temas latentes na sociedade contemporânea, tais como o aborto, a

legalização das armas e das drogas, as discussões sobre gênero e sexualidade, contexto político e econômico, entre outros.

Importante ressaltar que, por ser um cursinho popular, há um cuidado para que sejam desenvolvidas ações durante o ano letivo que possibilitem uma formação mais política e humana, que contribuem de forma significativa para a formação individual de cada aluno/a e que transpassam as necessidades de um curso pré-vestibular comum.

Nesse sentido, apresentamos um relato de atividade desenvolvida por tutores/as da comissão de atualidade do Cursinho Popular Atena, motivada por uma ação homofóbica de um aluno contra um tutor. O relato se deve ao fato de que um dos autores deste artigo é tutor voluntário no projeto de extensão e participou de todas as etapas abaixo relatadas, que resultaram na atividade que exploramos neste texto.

3 HOMOFOBIA EM SALA DE AULA: ENFRENTAMENTOS POSSÍVEIS

A experiência didática criada e realizada pelo cursinho foi motivada por um caso de homofobia ocorrido em sala de aula durante o começo do ano letivo de 2018, causado por um aluno da unidade contra um tutor homossexual. Na ocasião, o professor estava lecionando quando ouviu comentários homofóbicos de um aluno. Sem saber se os comentários estavam sendo direcionados a ele ou faziam parte de uma conversa mais “geral”, o tutor não soube (e nem conseguiu) intervir pedagogicamente no momento em que isso ocorreu.

O tutor decidiu levar o ocorrido para umas das reuniões semanais do cursinho, e, a partir de então, toda a equipe se mobilizou para pensar em estratégias que visassem a evitar a ocorrência de novas situações dessa natureza.

Pelo calendário do cursinho, estão previstas ao menos duas grandes aulas de atualidades no cursinho (uma por semestre), sendo que os temas são previamente discutidos pela comissão de atualidades, que apresenta as possibilidades e coloca em votação para que o grupo decida. Na experiência aqui relatada, os/as tutores/as decidiram criar uma aula de atualidades com o tema homofobia.

Entretanto, diferentemente das outras aulas, esse tema foi escolhido sem a consulta dos/as alunos/as, que também não ficaram sabendo do tema até o dia em que a aula ocorreu. A mudança foi decidida em votação por uma maioria de tutores/as, sob a justificativa de que uma intervenção direta e sob aviso prévio, logo após o incidente ocorrido, poderia causar represálias por parte dos estudantes contra aquele que ofendeu o tutor, ou até mesmo para evitar que esse aluno se sentisse intimidado com a situação e faltasse à aula, ou acabasse abandonando o cursinho.

Após estabelecer como essa aula seria apresentada, a comissão de atualidades passou a se reunir semanalmente – ainda no primeiro semestre de 2018 – com a finalidade de fundamentar teoricamente as discussões que seriam abordadas durante a aula contra a homofobia. Durante as reuniões (que duravam aproximadamente duas horas), cada tutor/a tinha a liberdade de selecionar e apresentar textos, artigos e vídeos aos demais integrantes do grupo, os quais, por sua vez, discutiam sobre o assunto e refletiam qual seria a maneira mais didática de abordar tais questionamentos durante a aula. Importante evidenciar que, em todas as reuniões, ficava nítido o quanto mal preparados/as os/as integrantes do cursinho estavam para lidar com o tema. Considerando, ainda, que a maioria é aluno/a de um curso de licenciatura de Ciências Biológicas de uma das principais universidades do país, aponta-se para a urgência de tal temática ser inserida na formação de professores.

À semelhança dos PCNs na Educação Básica, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada de Professores traz o tema educação sexual, assim como outros de grande relevância, como passíveis de serem trabalhados de forma interdisciplinar, o que colabora para que seja negligenciado. O resultado disso é, muitas vezes, o despreparo de professores para lidarem com situações dessa natureza em sala de aula.

Algumas pesquisas têm discutido que o despreparo dos professores são um dos principais obstáculos que dificultam a implementação de programas de orientação sexual nas escolas (Maia, 2004; Nunes; Silva, 2000; Oliveira, 2000; Reis; Ribeiro, 2002; Santos; Bruns, 2000; Figueró, 2006). Evidencia-se, assim, a necessidade de formação inicial e continuada de professores/as que possa contribuir diretamente com a quebra de paradigmas sexistas, androcêntricos e homofóbicos.

4 GÊNERO E SEXUALIDADE: QUAIS SÃO OS SEUS PRECONCEITOS?

Após semanas de estudos e preparação, a aula estava estruturada e foi apresentada no mês de outubro em todas as unidades do cursinho. Embora a aula tenha sido ministrada em dias diferentes para cada unidade, ela foi desenvolvida na mesma semana para todos/as, o que possibilitou alguns ajustes entre a primeira até a última aula, descrita com maiores detalhes neste tópico. Cada unidade ficou responsável por avisar aos/as alunos/as que haveria uma aula de atualidades marcada para aquele dia, assim, ficaram sabendo da atividade com menos de 24 horas de antecedência. Como incentivo, também foi avisado que haveria distribuição de pipoca e de refrigerante, como forma de estímulo.

A aula aqui relatada ocorreu com as duas turmas do noturno de Botucatu. Devido ao baixo número de alunos/as – problema característico enfrentado por cursinhos populares no fim do ano – as turmas foram unidas em uma única sala que possuía aparelhos multimídia. Ao todo, participaram dessa aula aproximadamente 40 alunos/as – incluindo o que motivou a prática.

Para essa atividade, duas tutoras se voluntariaram e cada uma ficou responsável por uma parte da aula. No primeiro momento, houve uma breve apresentação sobre o que estava previsto para a noite, bem como o aviso de que poderiam intervir em qualquer momento da aula, fosse para tirar dúvidas ou questionar o que estava sendo discutido.

Posto isso, o primeiro tópico da atividade era “Quais os seus preconceitos? Elenque três”. Para isso, as tutoras pediram aos/as alunos/as que escrevessem em um pedaço de papel três preconceitos que eles tinham – de forma anônima. Passados 5 minutos, as tutoras recolheram os papéis e foram colocando na lousa tudo o que eles/as escreveram. Surgiram na lousa características humanas como: gordos/as, negros/as, “funkeiros/as”, pessoas tatuadas, ciganos/as, gays, “mulheres que falam alto”, entre outros.

Em seguida, as tutoras projetaram os slides que dariam sequência às atividades. Logo no terceiro slide, estavam as seguintes definições:

PRECONCEITO: “Percepções mentais negativas em face de indivíduos e de grupos socialmente inferiorizados, bem como as representações sociais conectadas a tais percepções” (MACHADO et. al., 2007 apud Rios).

DISCRIMINAÇÃO: “Materialização, no plano do concreto das relações sociais, de atitudes arbitrárias, comissivas ou omissivas, relacionadas ao preconceito, que produzem violação de direitos dos indivíduos e dos grupos” (Machado et. al., 2007 apud Rios).

A ideia foi mostrar-lhes a estreita relação entre preconceito e discriminação, levando-os a entender que é a partir de preconceitos e estigmas que a violência ocorre, e banalizam-se os direitos humanos. Além disso, discutiu-se com os/as alunos/as a origem de tais preconceitos, com a intenção de provocar uma reflexão sobre suas ações. Importante destacar que entre eles/as havia negros/as, obesos/as e gays, o que motivou uma discussão acerca dos sentimentos das pessoas que sofrem tais preconceitos. Desse modo, toda a sala foi extremamente participativa, contando relatos pessoais ou de conhecidos que sofreram por conta do preconceito e até mesmo de discriminação, situações em que se sentiram ameaçados ou sofreram ameaças verbais e/ou físicas.

Após o entendimento entre preconceito e discriminação, as tutoras focaram o próximo tópico da aula: “sexualidade”. No slide, apareceram os seguintes termos: sexo biológico, gênero, identidade de gênero, expressão de gênero e orientação sexual. Então, foi perguntado aos/as alunos/as o que eles achavam que tinha o mesmo significado e o que era diferente. A maioria definiu gênero como sinônimo de sexo biológico, bem como identidade de gênero tendo o mesmo significado que orientação sexual. Em relação a expressão de gênero, alguns tentaram opinar sobre o que imaginavam ser, mas todos/as evidenciaram que nunca ouviram falar desse termo.

Para a explicação do sexo biológico, uma das tutoras apresentou os slides com o aparelho reprodutor do sexo masculino e outro do sexo feminino. Aproveitando do momento, a tutora revisou com os/as alunos/as alguns dos hormônios fundamentais na diferenciação dos órgãos (enquanto formação do embrião), bem como os que também atuam na diferenciação de células reprodutoras (gonadotróficos), como o folículo-estimulante (FSH) e o luteinizante (LH), responsáveis pela estimulação de secreção de estrógeno e de testosterona, respectivamente. Nesse exemplo específico, fica claro como é possível trabalhar as questões de gênero de forma transdisciplinar e envolver a sala nas discussões.

A questão do gênero foi focada na dimensão biológica e social. Os/as alunos/as foram incentivados a dar exemplos de estereótipos masculinos e femininos, sendo que “corajoso”, “forte”, “líder”, “aventureiro” apareceram ligados aos meninos, enquanto “delicada”, “calma”, “cuidadosa”, “mãe” foram atribuídos às meninas. Novamente, apesar de concordarem que essa é uma visão comum de tais gêneros, discutiram sobre isso ser algo real. Algumas alunas negaram ser delicadas ou calmas, enquanto alguns alunos afirmaram ter medo de insetos, não serem fortes.

As tutoras aproveitaram a discussão para fazer a classe refletir sobre o quanto pesam tais estereótipos sobre todos/as, dando o exemplo de que se repercutem na sociedade, que “homem não chora” ou que “brincar de casinha é coisa de mulher”. Ambos os estereótipos impactam negativamente as crianças do sexo masculino, que não aprendem a lidar com os próprios sentimentos e tornam-se adultos frustrados e até mesmo violentos. A discussão foi pautada no fenômeno da violência de homens contra mulheres em uma perspectiva relacional-estrutural de gênero (**Dantas-Berger**; Giffin, 2005), em que se normaliza a negação de sentimentos masculinos (Da Matta, 1997), e se trata a sexualidade como algo primitivo e instintivo que banaliza a infidelidade (Gomes, 2008), além de justificar o uso da violência e da agressividade em situações de teste da masculinidade (Nolasco, 2001).

A aula seguiu com a explicação sobre o que é identidade de gênero e expressão de gênero. Para a identidade de gênero, foi explicado à sala que é uma experiência interna e individual de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento. Para as pessoas que se identificam com o sexo biológico e/ou designação social, atribui-se o nome de cisgênero, enquanto que transgênero é a pessoa que tem uma identidade de gênero ou expressão de gênero diferente de seu sexo atribuído. Por sua vez, a expressão de gênero é como a pessoa se manifesta publicamente, podendo ser uma expressão feminina, masculina ou até mesmo androgina – quando há alguma combinação de características culturais tanto masculinas quanto femininas.

Fotos de diferentes artistas foram projetadas como exemplos da identidade e expressão de gênero, além de possibilitarem novas discussões acerca de variedade e complexidade das relações e

sentimentos humanos. Alguns dos exemplos foram: *drags queen* (Pablo Vittar) e *drags king*, andrógenos (Erika Linder e Ruby Rose), homens trans (Tereza Brant > Tarso Brant) e mulheres trans (Lea T, Caitlyn Jenner e Laerte).

Em seguida, foi apresentada aos/as alunos/as a definição de orientação sexual, entendida como diferentes formas de atração afetiva e sexual de cada um, dentre as quais se destacaram, para a aula, os homossexuais, os heterossexuais e os bissexuais. Apesar de a tutora ter focado a explicação sobre essas três opções, ela apresentou, também, uma das variações atuais da sigla LGBT, que conta com 7 letras (LGBTQIAP+), em que o sinal de “mais” é utilizado para representar qualquer outra pessoa que não se identifique com as demais siglas.

Apresentadas as principais questões que tangenciam a homofobia, uma nova tutora assumiu a aula, que passou a explicar o significado da palavra homofobia (*homo* = igual e *phobos* = medo de forma geral). Ou seja, pela expressão, homofobia quer dizer, além do medo irracional, também a repulsa, o preconceito, a aversão ao homossexual e à homossexualidade. É mais que o ódio: é a falta de respeito ao outro, é o descumprimento de preceitos legais, é a ausência de ética social, é, acima de tudo, a falta de empatia com o outro, da forma como a pessoa nasce e desenvolve a sua maneira de ser.

Dando continuidade à aula, a tutora projetou e leu alguns relatos de adolescentes LGBTQIAP+ que foram retirados do livro “Do Escuro ao Infinito: Vivências e Resistências de Adolescentes LGBTs no Brasil”. Dentre eles, destacamos um:

Tentei contar pra minha mãe da minha sexualidade. Mas o medo me definia, já que a mesma dizia que isso era uma enfermidade. Já tentei ser o que ela quis, e me enquadrar na sociedade, mas percebi que não há nada melhor do que ser o que eu sou de verdade. Meu pai uma vez me disse, ‘nunca duvide do amor que tenho por você’. Mas será que esse amor permaneceria se eu dissesse o que meu coração quer fazer? Dói no meu peito, a ignorância do mundo sobre esse tema. Querem me julgar se beijo alguém do mesmo sexo, mas não percebem que isso não é um problema. Parem de ditar o que devo fazer, só quero ser livre, espalhar amor, independente de quem eu escolher. Joana, 15 anos, LGBT, Rio de Janeiro (Rede Nacional de Adolescentes LGBT, 2013, p. 29).

Os relatos foram lidos com o intuito de provocar uma reflexão nos/as alunos/as, para que eles compreendessem melhor como as pessoas LGBTQIAP+ se sentem e como têm que lidar com diferentes situações de aceitação e até mesmo de sobrevivência. Isso porque, após esse breve questionamento, a aula seguiu tendo como tópico “os números da LGBTFobia”. A tutora apresentou aos/as alunos/as dados do relatório do “Grupo Gay da Bahia” (2017), no qual consta que, somente em 2017, 445 LGBTQIAP+ foram mortos em crimes motivados por homofobia, o que representa uma vítima a cada 19 horas. Dessas vítimas, 194 eram gays (43,6%), 191 trans (42,9%), 43 lésbicas (9,7%), 5 bissexuais (1,1%) e 12 heterossexuais (2,7%) (Grupo Gay da Bahia, 2017).

O mesmo relatório apresenta que os estados que notificaram o maior número de homicídios e suicídios de LGBTQIAP+ em 2017 – em termos absolutos – foram São Paulo, com 59 vítimas; Minas Gerais, com 43; Bahia, com 35; e Ceará, com 30. Em relação ao perfil das vítimas, 5,7% tinham menos de 18 anos, 32,9% tinham entre 18 a 25 anos e 41,2% tinham de 26 a 40 anos. Em relação ao número de óbitos de pessoas trans, houve um aumento de 6% nos últimos 5 anos (Grupo Gay da Bahia, 2017). O relatório também destaca que 37% dos assassinatos ocorreram dentro da própria residência da vítima, 56% em vias públicas e 6% em estabelecimentos privados.

Em relação à punição dos assassinos, em menos de um quarto desses homicídios o criminoso foi identificado e menos de 10% das ocorrências redundaram em abertura de processo e punição dos assassinos. A maioria dos assassinos identificados eram desconhecidos da vítima ou de relacionamentos casuais.

Após a apresentação desses dados, houve uma nova rodada de discussão seguida da apresentação de dois vídeos. O primeiro, com duração de aproximadamente 3 minutos, chama-se “O PRECONCEITO LGBT – Na visão da Criança” e mostra como crianças e adultos reagem a cenas do filme “In a Heartbeat”, no qual um menino se apaixona por outro. O segundo, com maior duração (17 minutos), chama-se “Mundo ao contrário: HETEROFOBIA”, e constitui-se em uma sátira sobre como seria um mundo em que existisse a “heterofobia”, ou seja, no qual heterossexuais sofressem as mesmas pressões, estígmas e violências que homossexuais sofrem.

Ao término dos filmes, as tutoras encerraram a aula e abriram a fala para que os/as alunos/as avaliassem a aula e tencessem considerações. Muitos iniciaram a fala admitindo possuir preconceitos com um ou mais grupos sociais, mas não conseguiram definir o motivo e a origem de tal percepção. Os/as próprios/as alunos/as passaram, então, a formular hipóteses que “justificariam a origem de tais sentimentos”, chegando às seguintes conclusões: “preconceito é algo que faz parte do dia a dia”; “era apenas uma brincadeira que sempre ouviram por aí”; “no círculo de amigos e na família todos pensam assim”.

Questionados sobre como entendiam a relação com o outro após a aula, e principalmente, sobre como entendiam os problemas ocasionados pela discriminação contra LGBTQIAP+, diversos alunos e alunas se mostraram “surpresos” com os números de homicídios apresentados durante a aula, e argumentaram que eram reflexos de atos tidos como “simples” no cotidiano, tais como uma “piada” ou comentários agressivos.

Nesse momento, o aluno que motivou esta experiência se pronunciou dizendo que não imaginava que “simples comentários” poderiam resultar em tanta violência e sofrimento para os LGBTQIAP+, e que iria “se policiar mais” em relação a isso.

Além disso, outros/as alunos/as disseram que a aula possibilitou um novo olhar em relação às questões de gênero, principalmente porque sempre liam matérias simples e sensacionalistas em mídias sociais envolvendo o tema de forma errônea (e proposital), de modo que acabaram a manifestar um certo preconceito. Entretanto, admitiram que a aula resultou em um novo entendimento de tais questões, tidas para eles, até então, como natural.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira atividade da aula – na qual os/as alunos/as escreveram anonimamente quais eram seus preconceitos – abriu espaço para discussões acerca da empatia, da preocupação com a dor do outro, principalmente porque possibilitou que aqueles e aquelas que sofrem preconceitos conseguissem expressar a angústia e as dificuldades que enfrentam diariamente, muitas vezes, provocadas por pessoas que enxergam tais ações de discriminação apenas como “brincadeira”.

Cabe destacar que ambas as tutoras conseguiram lidar com a situação de maneira positiva, conduzindo toda a discussão enquanto respeito aos direitos humanos, seja pela lei ou pela questão da empatia e da educação.

Com o início da aula, foram apresentados aos/às alunos/as o significado da palavra preconceito e discriminação, sendo que essa segunda resulta em prejuízo social e violação de direitos básicos. Nesse sentido, os números apresentados durante a aula – que fazem parte do relatório da ONG “Grupo Gay Bahia” – evidenciaram o cruel e verdadeiro significado da discriminação. Constantemente, os/as alunos/as eram questionados sobre como a sociedade chegou a esse cenário, ao passo que alguns começaram a responder que se normalizou a violência, e as ações passaram a ser “justificáveis” com um simples “não gosto”. Ou seja, que a base de toda a violência é o preconceito velado, que muitos admitiram ter durante a primeira atividade didática.

O próprio posicionamento do aluno que motivou a experiência durante as discussões da aula não representa uma garantia de mudança de postura desse indivíduo perante a sociedade, mas sugere, ao menos, que ele tenha pensado algumas ações e possa considerar mudança de atitudes aos LGBTQIAP+. Acreditamos que esse caminho de crítica e reflexão constante em todas as etapas da atividade possibilitou aos demais a capacidade de (re)pensar velhos preconceitos e estigmas que trazem consigo enquanto bagagem cultural de um país alicerçado na violência contra todos e todas que pertencem às “minorias”: pretos, indígenas, gays.

Lamentavelmente, os relatos apresentados pelos/as alunos/as ao término da aula são apenas reflexos de uma sociedade preconceituosa e ainda conivente com tais atos de ignorância e ódio. Considerando o importante papel do professor no cenário escolar e de formação humana, é

fundamental que ele esteja preparado para efetivar o trabalho de orientação de forma a abranger diferentes temas transversais, tal qual o que deu origem a este relato: a partir de um caso de homofobia, foram trabalhadas questões de biologia, sociologia, gênero, sexualidade e violência. Ressalte-se se, aqui, o papel fundamental da formação continuada que, no caso aqui relatado, deu-se de forma espontânea, a partir de uma necessidade daquela comunidade, com a formação do grupo de estudos para a preparação de uma aula diversificada, perpassando todas as etapas de um processo de ensino e aprendizagem: levantamento do tema, estudo e discussão para aprofundamento, definição de objetivos, elaboração de material didático, desenvolvimento da aula e avaliação. Além disso, o fato de a temática ter emergido de uma situação real contribui para o aprendizado com sentido e significado, contextualmente e socialmente situado.

A construção de uma prática pedagógica sobre direitos humanos frente às diversidades sexuais requer constantes reflexões e questionamentos de todos/as os/as envolvidos/as na atividade fim, o que contribui para que preconceitos e estigmas – até então enraizados – sejam desestabilizados. Nesse sentido, acreditamos que o objetivo da aula foi alcançado. Por fim, é importante ressaltar que, sendo a escola um ambiente de construção de diálogos e respeito à cidadania e aos direitos humanos, temas como esses aqui trabalhados tornam-se cada vez mais necessários e urgentes em uma sociedade androcêntrica e homofóbica, ainda permeada pela intolerância e pela violência.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. Dossiê: ASSASSINATOS e violências contra pessoas Trans em 2021. Disponível em: <https://antrabrasil.org/assassinatos/>. Acesso em 30 jan. 2022.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução nº 02, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em: 30 jan. 2022.

DA MATTA, R. 'Tem pente aí? Reflexões sobre a identidade masculina. In: CALDAS, D. (Org.). Homens: comportamento, sexualidade e mudança. São Paulo: Senac, 1997.

DANTAS-BERGER, S. M.; GIFFIN, K. A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual? Cadernos de Saúde Pública, v. 21, n. 2, p. 417-425, 2005.

FIGUEIRÓ, M. N. D. Educação sexual: como ensinar no espaço da escola. Anais do I Congresso da Educação Inclusiva. Ourinhos, 2003. p. 39-58.

GOMES, R. Sexualidade Masculina, Gênero e Saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

GRUPO GAY DA BAHIA. Pessoas LGBT mortas no Brasil: Relatório 2017. Bahia: 2017. Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2022.

LÜDKE, M. Pesquisa em educação: conceitos, políticas e práticas. In: GERALDI, C. M. G.; FIORENTINI, D.; PEREIRA, E. M. A. (Orgs.). Cartografias do trabalho docente: professor(a)-pesquisador(a). Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 2000. p. 23-32.

MAIA, A. C. B. Orientação sexual na escola. In: RIBEIRO, P. R. M. (Org.). Sexualidade e educação: aproximações necessárias. São Paulo: Arte & Ciência, 2004. p. 153-179.

NOLASCO, S. De Tarzan a Homer Simpson: banalização e violência masculina em sociedades contemporâneas ocidentais. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

NUNES, C.; SILVA, E. A educação sexual da criança: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem de sexualidade para além da transversalidade. Campinas: Autores Associados, 2000.

OLIVEIRA, D. L. Sexo e saúde na escola: isto não é coisa de médico? In: Meyer, D. E. E. (Orgs.). Saúde e sexualidade na escola: isto não é coisa de médico? Porto Alegre: Mediação, 2000. p. 97-109.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. International technical guidance on sexuality education: an evidence-informed approach. 2. ed. revis. e atual. Paris/Genebra/Nova Iorque: Unesco, 2018. Disponível em: http://www.unaids.org/sites/default/files/media_asset/ITGSE_en.pdf. Acesso em: 30 jan. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Guia de educação em sexualidade da ONU enfatiza igualdade de gênero e direitos humanos. 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/guia-de-educacao-em-sexualidade-da-onu-enfatiza-igualdade-de-genero-e-direitos-humanos/>. Acesso em 30 jan. 2022.

REDE NACIONAL DE ADOLESCENTES LGBT (Org.). Do escuro ao infinito: vivências e resistências de adolescentes LGBTs no Brasil. [s.l.]: Rede Nacional de Adolescentes Lgbt, 2013. Disponível em: <http://www.diversidadessexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/Adol-LGBT-Do-Escuro-ao-Inf.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2019.

REIS, G. V.; RIBEIRO, P. R. M. A orientação sexual na escola e os Parâmetros Curriculares Nacionais. In: REIS, G. V.; RIBEIRO, P. R. M. (Orgs.). Sexualidade e educação sexual: apontamentos para uma reflexão. São Paulo/Araraquara: Cultura Acadêmica/Editora Laboratório Editorial FCL, 2002. p. 81-96.

SANTOS, C.; BRUNS, M. A. T. A educação sexual pede espaço: novos horizontes para a práxis pedagógica. São Paulo: Ômega, 2000.

SILVA, R. C. P. da *et al.* Formação de professores e educadores para abordagem da educação sexual na escola: o que mostram as pesquisas. Ciência & Educação (Bauru), vol.12, n.2, pp.185-197, 2006.

TRANSGENDER EUROPE. TMM Update TDor 2021. Disponível em: <https://transrespect.org/en/tmm-update-tdor-2021/>. Acesso em 30 jan. 2022.